



Anais da Assembléia

N° 015

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 15 DE MARÇO DE 1993

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
PDT Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB – 12: Airlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kliese Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP – 10:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL – 06:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nenson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT – 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB – 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Eezerra Guimarães - João F Falavinha Iensen; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB – 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT – 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL – 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE – 07:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Lourenço Fregoneze - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana – Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral – Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior – Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto – Secretário da Justiça e da Cidadania
(*) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 12.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 1993

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Nilton Barbosa e Rossoni.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Ademir Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Puddell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (51). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Cezar Silvestri, Carlos Simões e Dalton Machuca. (03).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, à qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

Mensagem:

MENSAGEM N° 005/93

Curitiba, 09.03.93.

Senhor Presidente.

Em conformidade com o preceito contido no art. 53, inciso VIII, combinado com o art. 66, ambos da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser submetido à apreciação desse augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva transformar, na estrutura da Secretaria de

Estado do Trabalho e da Ação Social, 1 (um) cargo de provimento em comissão denominado Chefe de Núcleo Regional, símbolo 1C, para Assessor, de igual símbolo e de mesma natureza de provimento.

O Plano de Lei ora proposto, que não ensejará qualquer aumento na despesa pública porque apenas altera a denominação de cargo já existente, consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, eis que virá adequar a estrutura da Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social em razão da desativação do Núcleo Regional de Curitiba, permitindo, ao mesmo tempo, àquela Secretaria de Estado contar com a colaboração de um novo assessoramento.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica transformado um cargo de provimento em comissão de denominação de Chefe de Núcleo Regional, simbologia 1-C, para Assessor, simbologia 1-C, na estrutura da Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

Ofícios:

OFÍCIO

Sob o n° DTL/SAT/029/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO o Projeto de Lei n°

028/93: Do TRIBUNAL DE JUSTIÇA, que altera a redação do inciso III, do art. 207, da Lei n° 7.297/80, cria cargos de Juiz de Direito Substituto na Comarca de Curitiba e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.256. Anote-se. Arquite-se.

Sob o n° 34/93, do Senhor Desembargador RONALD ACCIOLY RODRIGUES DA COSTA, Presidente do Tribunal de Justiça, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva alterar, a partir de 1º de março de 1993, as tabelas de vencimentos dos cargos efetivos, transitórios, em comissão, servidores temporários regidos pela C.L.T. e funções gratificadas dos Quadros de Pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada e Serventias da Justiça. Ao conhe-

cimento da Casa.

Sob o n° 260/93, do Senhor RAFAEL IATAURO, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando Relatório de Atividades desenvolvidas pelo Tribunal de Contas, durante o exercício de 1992, nos termos do art. 73, § 4° da Constituição Estadual. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n° ATG 0683/93, do Senhor ROBERTO REQUIAO, Governador do Estado, encaminhando Relatórios Anuais das Secretarias de Estado, Secretarias Especiais, Companhia Paranaense de Energia, Procuradoria-Geral do Estado e da vice-Governadoria, em cumprimento ao art. 90, inciso III, da Constituição Estadual. **Ao conhecimento da Casa.**

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Tenho a honra de indicar a essa Presidência o nome do Deputado DALTON MACHUCA, para, nos termos regimentais, compor como representante do Partido Liberal, a **Comissão de Constituição e Justiça** desta Casa.

Ao ensejo renovo a Vossa Excelência meus protestos de consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 15.03.93.

(a) COLOMBINO GRASSANO
Líder do PL

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Pelo presente, venho solicitar a Vossa Excelência, seja alterada a indicação da Bancada do PMDB, para a **Comissão de Finanças**, trocando o Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, da condição de Suplente para a de Titular, e trocando o Deputado NEREU MOURA da condição de Titular para a de Suplente.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero a Vossa Excelência, meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 15.03.92.

(a) RENATO ADUR
Líder do PMDB

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 301

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, o adiamento, por 05 (cinco) sessões, da discussão e votação da proposição n° 067/92, veto aposto ao Projeto de Lei n° 492/91.

Sala das Sessões, em 15.03.93

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 308

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, a transformação em projeto de lei complementar, do Projeto de Lei n° 399/91, constante da pauta da Ordem do Dia da presente sessão, por se tratar de matéria constitucional, retornando à C.C.J. para reanálise, agora sob esta nova ótica.

Sala das Sessões, em 15.03.93

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei - estágio probatório é dispositivo regulado pela Carta Magna Estadual e para sofrer alteração teremos que adequar as intenções dentro dos ditames legislativos.

Eis porque nossa solicitação na transformação do Projeto de Lei n° 399/91 em projeto de lei complementar, retirando, desta, o vício de inconstitucionalidade que poderia ser arguido "ad futuro".

REQUERIMENTO N° 304

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a emissão de uma Certidão, fornecida por esta Casa de Leis, constando ser de nossa autoria a Emenda Modificativa Ampliativa ao Projeto de Lei n° 151/91 - § 1° do artigo 3°: "Fica autorizado o Poder Executivo a integrar a estrutura básica da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, o Departamento Penitenciário do Estado do Paraná - DEPEN, a Defensoria Pública do Paraná - DPP, a que se refere o Anexo ao Decreto n° 5.429, de 25 de julho de 1989, o Conselho Estadual de Entorpecentes, o Conselho Penitenciário do Estado, o Conselho Permanente dos Direitos Humanos e os Mini-Presídios de Londrina, Ponta Grossa, Apucarana, Paranaíba, Cascavel, Maringá e Foz do Iguaçu."

Sala das Sessões, em 15.03.93

(a) EDSON SILVA LINO

REQUERIMENTO N° 296

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER a Vossa Excelência, seja encaminhado ao Senhor Superintendente da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, pedido da Escola Estadual José Luiz Gori - Ensino de 1° Grau, de Mandaguari, de doação dos aparelhos e materiais abaixo discriminados:

- 01 Máquina gráfica manual 1/4 ou 1/8;
- 01 aparelho de som acompanhado de microfone;

- 01 freezer
- 01 lâmpada para retroprojektor Visograf n° 5121, motor 110/220v - 50/60 Hz
- lâmpadas 650w - 110 ou 220v
- lâmpadas 800w
- 06 bolas de voleibol

Em anexo cópia do ofício n° 02/93 de 13.01.93, subscrito pela professora Maria Ignez Teixeira, Diretora da Escola Estadual José Luiz Gori.

Sala das Sessões, em 15.03.93

(a) PAULO MATA

REQUERIMENTO N° 302

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos anais desta Casa de voto de pesar pelo falecimento do Senhor Henrique de Brito Castro, ocorrido no último dia 09 de março nesta Cidade.

Sala das Sessões, em 15.03.93

(a) ANIVAL KIURY

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Henrique de Brito Castro, nascido em 02 de julho de 1929, era bancário, casado com D. Alice Lazarotto de Castro, deixou 4 filhos: Maria Helena de Castro, Antonio Jacil de Castro, João Jerônimo de Castro e a Jornalista do Estado do Paraná, Elizabete do Carmo Castro; sempre foi um homem vigoroso, ativo e dedicou sua vida a educação dos filhos e ao trabalho permanente.

REQUERIMENTO N° 305

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações à Pontifícia Universidade Católica do Paraná pela comemoração no dia 14 de março passado, de seu 34° aniversário de fundação.

Fruto do ideal de seu fundador, Dom Manoel da Silveira L'Elboux, a estrutura da PUC é hoje composta por uma Grã-Chancelaria, uma reitoria, cinco vice-reitorias, quatro centros universitários e dois campus: Curitiba e São José dos Pinhais.

Primeiramente, a Universidade foi dirigida por Dom Jerônimo Mazzarotto, que exerceu o cargo de reitor por treze anos. Ele foi responsável pela implantação e reconhecimento de vários cursos, destacando-se pela construção inicial do campus de Curitiba. Já o irmão Ruperto Félix foi um dos fundadores da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. A Universidade conta, ainda, com o Hospital-Escola Cajuru, adquirido pela Sociedade Paranaense de

Curitiba em 1977.

Outros projetos de importância social são desenvolvidos pela PUC, como o Programa de Atendimento Ocupacional ao Menor Carente, serviço de creche, lavanderia comunitária, clínicas de odontologia e fisioterapia, institutos de psicologia e fonoaudiologia e o escritório modelo de aplicação, destinada a prestar assistência jurídica à população carente de Curitiba.

Fundamentada no sério compromisso de formar globalmente os indivíduos que passam pelos seus bancos, a PUC oferece, todos os anos, centenas de profissionais ao Paraná e ao Brasil. Tanto nas áreas de humanas, como exatas e biomédicas, os cursos da PUC gozam de elevada reputação no país e os profissionais por ela formados integram com competência e respeito o mercado de trabalho.

É salutar destacar a qualidade de estrutura física, de material e pessoal da PUC, igualável ao das melhores universidades do Brasil e do exterior.

Por este extraordinário trabalho, requeremos a presente manifestação de louvor aos trabalhos da PUC, na comemoração dos seus 34 anos de funcionamento.

Sala das Sessões, em 15.03.93

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 310

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos deste Poder, voto de congratulações pela passagem, nesta data, do Dia Internacional do Consumidor.

Apesar da crise econômica, inegavelmente, as relações de consumo no Brasil vêm aumentando a cada ano. Há dois anos convivemos com um dos Códigos de Defesa do Consumidor mais modernos do mundo. Os meios de comunicação foram chamados a colaborar na conscientização da população contra abusos.

O Governo e a sociedade em geral têm se estruturado através de organismos que buscam informar e defender os cidadãos. Também do lado das empresas, há um grande interesse em ouvir, aprender, dialogar e atender aos anseios de seus consumidores.

Todos estão envolvidos numa luta pela defesa dos produtos de qualidade e dos direitos legítimos a cada parte. Os resultados são verificados em todos os lados e isto redundou, no último ano, em um grande avanço como consumidores e cidadãos.

Finalmente o Brasil caminha para o amadurecimento necessário, fundamentando no respeito e na ética as relações de consumo. E ao povo brasileiro cabe, neste momento, a maior homenagem pelo Dia Internacional do Consumidor, pela forma corajosa

e determinada como tem lutado para fazer valer seus direitos na hora de consumir.

Sala das Sessões, em 15.03.93

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 293

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Roberto Requião de Mello e Silva, Digníssimo Governador do Estado do Paraná, no sentido de que seja autorizado a liberação de recursos financeiros para a construção de unidades de escolas oficinas no Município de Engenheiro Beltrão.

Sala das Sessões, em 15.03.93

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A Escola Oficina sugere uma proposta de trabalho educativo e pedagógico mais próximo da realidade e das necessidades das crianças e dos adolescentes do campo, na certeza de que a escola pública assuma suas funções sociais.

Neste sentido, tem como principal proposta, o trabalho com adolescentes vitimizados, a fim de profissionalizá-los e de resgatar seus direitos enquanto cidadãos e pessoas em desenvolvimento.

Com esse objetivo, requero recursos financeiros para que seja construído tão importante obra no Município.

REQUERIMENTO N° 294

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública, no sentido de que seja viabilizado recursos financeiros para a aquisição e distribuição de viaturas, equipamentos e armas para Polícia Civil e Militar do município de Xambrê.

Sala das Sessões, em 15.03.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

As questões envolvendo a insegurança da comunidade, o aumento da criminalidade e a crescente onda de violência que vem avançando para o interior do Estado é fruto de flagrantes e denunciados casos de injustiça social.

São desequilíbrios sócio-econômicos, são disparidades entre o trabalho e o capital, e o desemprego que cresce assustadoramente, e a recessão. Enfim, são consequências do inchaço populacional nos grandes centros e conseqüente o esvaziamento do campo.

A cidade vive esse drama. A sociedade precisa e clama por proteção, pela presen-

ça de policiamento. Hoje a segurança pública é item primeiro no rol de reivindicações das famílias brasileiras. E o Estado precisa estar preparado para dar resposta a essa reivindicação, para tanto, solicito a Vossa Excelência, mais recursos para a Polícia Militar e Civil no município, oferecendo mais tranquilidade para a população.

REQUERIMENTO N° 295

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública, no sentido de que seja viabilizado recursos financeiros para a aquisição e distribuição de viaturas, equipamentos e armas para Polícia Civil e Militar do município de Iporã.

Sala das Sessões, em 15.03.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

As questões envolvendo a insegurança da comunidade, o aumento da criminalidade e a crescente onda de violência que vem avançando no interior do Estado é fruto de flagrantes e denunciados casos de injustiça social.

São desequilíbrios sócio-econômicos, são disparidades entre o trabalho e o capital, e o desemprego que cresce assustadoramente, é a recessão. Enfim, são consequências do inchaço populacional nos grandes centros e conseqüente o esvaziamento do campo.

A cidade vive esse drama. A sociedade precisa e clama por proteção, pela presença de policiamento. Hoje a segurança pública é item primeiro no rol de reivindicações das famílias brasileiras. E o Estado precisa estar preparado para dar resposta a essa reivindicação, para tanto, solicito a Vossa Excelência, mais recursos para a Polícia Militar e Civil no município, oferecendo mais tranquilidade para a população.

REQUERIMENTO N° 297

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Paraná, sugerindo a instalação do Tribunal de Pequenas Causas no município de Inácio Martins.

A sucedida proposição do legislador, ao criar no âmbito da Justiça Brasileira o Tribunal de Pequenas Causas, com vistas a resolver os pequenos litígios, nos traz inúmeras experiências positivas, notada-

mente servido de grande filtro aos nossos Tribunais, hoje, extremamente sobrecarregados. Por outro lado, o nosso cidadão comum, pode de maneira célere e eficiente, ver a sua demanda resolvida. Com isto, os Tribunais de pequenas causas, contribui sobremaneira na aproximação da Justiça com a sociedade. Esses instrumentos de jurisdição nos leva a acreditar ainda mais na nossa Justiça. Isto é Justiça. O pleito em tela, visa levar ao município de Inácio Martins, essa realidade pioneira, com o objetivo de resolver inúmeras pendências, onde os munícipes poderão contar com a tutela jurisdicional do Estado.

Sala das Sessões, em 15.03.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 298

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Saúde, Nizan Peretia, solicitando a liberação de recursos financeiros, para aquisição de uma ambulância para o município de Rebouças.

A solicitação em tela, se atendida irá proporcionar à área de saúde do município postulante, melhores condições de atendimento em termos de Saúde Pública, notadamente será elevado o nível da qualidade, com um pronto atendimento.

Sala das Sessões, em 15.03.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 299

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, solicitando a pavimentação asfáltica, da estrada que liga o Município de São Mateus do Sul a Irati.

Sala das Sessões, em 15.03.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 306

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo à Secretaria Estadual da Segurança Pública, solicitando providências para instalação de um módulo policial e desenvolvimento de ações de policiamento ostensivo na região abrangida pelos Conjuntos Jardim Pinheirinho, Nossa Senhora das Graças e Pirineus, nesta Capital.

A presente solicitação - resultado de

reivindicação da população residente nos conjuntos supramencionados (conforme abaixo-assinado anexo) justifica-se pelo elevado número de ocorrências policiais na região. Diariamente, os moradores são molestados por delinqüentes e marginais de toda espécie, perpetrantes de ações lesivas à integridade pessoal e à propriedade da população.

Os dados para confirmar tal asseveração são da guarda dos próprios organismos policiais, rotineiramente chamadas a atender ocorrências da natureza apontada.

A presença constante de policiais nas proximidades - se possível com a instalação do módulo policial - viria coibir tal prática, devolvendo a tranqüilidade e segurança aos moradores dos Conjuntos Jardim Pinheirinho, Nossa Senhora das Graças e Pirineus, nesta Capital.

Diante disto, confiamos nas providências da Secretaria de Segurança Pública para atendimento ao justo pleito encaminhado.

Sala das Sessões, em 15.03.93.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 307

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo à Secretaria do Estado da Educação, solicitando providências para a imediata regularização das atividades do curso superior de artes cênicas e dança, desenvolvido pela Fundação Teatro Guaíra em convênio com a Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Lamentavelmente, o referido curso não teve suas atividades reiniciadas neste ano de 1993 por "falta de professores". Entretanto este não parece ser o único problema dos cursos de artes cênicas e dança: falta de infraestrutura adequada para as aulas que são ministradas em uma antiga fábrica no Alto da Rua XV, em Curitiba; perda de duas salas onde aconteciam as aulas de sonoplastia e iluminação, no Teatro Guaíra e não autorização para que os alunos utilizem o mini-auditório para suas apresentações.

Sabemos - pela imprensa - que a própria Secretária ficou surpresa com os fatos, já que se situam na área de autonomia do Diretor-Presidente da FTEG, Osvaldo Loureiro, que nada declara a respeito.

Sabemos que há ainda problemas relativos à manutenção do convênio com a PUC-PR que entravam o prosseguimento das atividades do curso aludido.

Diante disto, esperamos as providências da Secretaria Estadual de Cultura para solução do problema dentro da brevidade

que o próprio caso requer.

Sala das Sessões, em 15.03.93.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 311

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEM, após ouvido o Plenário, o envio de Expediente ao Secretário de Estado da Educação, Elias Abrahão, solicitando sejam atendidas as reivindicações feitas pela Escola Estadual "Capitão Eusébio Barbosa de Menezes" - Ensino de 1° Grau, do Distrito de São Luiz, Município de Londrina, sendo elas: a construção de mais 3 (três) salas de aula, uma sala para biblioteca, uma sala para almoxarifado, a ampliação da sala da cantina e, além disso, a implantação do ensino de 2° grau naquele distrito.

Sala das Sessões, em 15.03.93.

(aa) OVÍDIO CONSTANTINO

EMÍLIA BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Com aproximadamente 4.000 (quatro mil) habitantes, o Distrito de São Luiz, em Londrina, possui um grande número de jovens em idade escolar. Sabe-se que, o êxodo dos jovens do meio rural e das pequenas cidades, para os grandes centros, traz como graves consequências, dentre outras, o desemprego e a falta de moradia. Existem lá, mais de uma centena de jovens que concluíram o 1° grau e, a grande maioria não está participando da escola, somente alguns deles, se obrigam a se deslocar à outras escolas distantes.

Portanto, faz-se necessária a ampliação física da Escola Estadual "Capitão Eusébio Barbosa de Menezes", bem como a imediata implantação do 2° grau.

REQUERIMENTO N° 312

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de Expediente ao Secretário de Estado da Educação Elias Abrahão e o Governador Roberto Requião, solicitando que sejam atendidas as reivindicações do Município de Honório Serpa, feita por seu Prefeito, conforme Ofício 066/93, enviado ao Secretário de Educação, e Ofício 067/93, enviado ao Senhor Governador, ambos do dia 18 de fevereiro de 1993, solicitando esta, de Recursos Financeiros e Materiais Escolares conforme a seguir:

MATERIAIS ESCOLARES

300 (trezentos) conjuntos de cadeiras escolares
200 (duzentas) caixas de giz
20.000 (vinte mil) cadernos

4.000 (quatro mil) lápis

4.000 (quatro mil) borrachas

2.500 (dois mil e quinhentos) apontadores

RECURSOS PARA CONSTRUÇÃO DE SALAS DE AULA NAS LOCALIDADES DE:

01 (uma) sala de aula na Linha São Pedro

01 (uma) sala de aula no assentamento Capanema II

01 (uma) sala de aula no assentamento Capanema I

01 (uma) sala de aula no assentamento Vaca Branca

01 (uma) sala de aula no assentamento provisório João de Paula

01 (uma) sala de aula no assentamento provisório Linha Miranda

01 (uma) sala de aula no assentamento provisório Pedro A. Cabral

Sala das Sessões, em 15.03.93.

(a) OVÍDIO CONSTANTINO

JUSTIFICATIVA:

Do total de 40 milhões de crianças com menos de 15 anos no Brasil, 4 milhões perambulam pelas ruas das grandes metrópoles, em um nível de abandono que nenhum outro país teve, em nenhum momento de sua história, nem mesmo em períodos de guerra. No campo as crianças enfrentam a mesma situação de abandono social, sem escola, sem atendimento médico, sem futuro.

Das 27 milhões de crianças que atualmente conseguem matricular-se e iniciar a frequência às aulas, menos de 10 milhões completarão as quatro primeiras séries do primeiro grau: 17 milhões entrarão no século XXI com menos de 4 anos de escolaridade. Apenas 5 milhões completarão o primeiro grau - e só 18% dessas crianças terão possibilidade de ingressar ao segundo grau. Isto quer dizer que apenas 3 milhões chegarão a completar o curso básico e que 88% de nossa população terá escolaridade abaixo do mínimo necessário para participar de uma sociedade democrática.

Como estes números não bastassem para demonstrar a indigência quantitativa, a análise qualitativa mostra uma realidade ainda mais trágica.

Das 27 milhões de crianças que deveriam estar no ensino básico, apenas cerca de um milhão e meio conseguirá entrar nas universidades. Isto significa que um enorme potencial de criadores técnicos e científicos é perdido ao longo do caminho - um crime contra as aspirações destes jovens.

A educação básica vem pouco a pouco, ocupando o centro das discussões sobre as políticas públicas. Começa-se a forjar uma unanimidade em torno da importância e da urgência nas mudanças nas políticas governamentais para a educação.

É neste contexto que, o município de Honório Serpa, recém-desmembrado de Mangueirinha, vem enfrentando inúmeras difi-

culdades, em razão, inicialmente, da falta de infra-estrutura nas áreas de saúde, setor rodoviário, agricultura e especialmente na área de educação. É urgente, o atendimento da solicitação referente a materiais escolares e recursos para a construção de salas de aula, beneficiando assim, as diversas comunidades daquele município.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 069/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° Fica declarada de Utilidade Pública a 'Associação de Desenvolvimento Comunitário Paredense - ASDECOPA, com sede e foro no Município de Altônia - PR.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.03.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão da Entidade, tendo em vista seus objetivos educacionais, mormente nas áreas de atendimento às crianças e famílias carentes, especialmente de bóias-frias do município.

PROJETO DE LEI N° 070/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública o Grupo Fraternidade Espírita Irmão Bezerra de Menezes, com sede e foro em Curitiba.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.03.93.

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O Grupo de Fraternidade Espírita Irmão Bezerra de Menezes faz um trabalho filantrópico de alta qualidade e relevante valor humano, prestando atendimento a excepcionais carentes. No aspecto formal, estão presentes todos os requisitos à declaração legal da condição de utilidade pública em favor da entidade: no aspecto material, inegável que os excepcionais carentes são os que mais necessitam da caridade e solidariedade humanas pela sua condição absolutamente dependente.

PROJETO DE LEI N° 071
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua - Paraná, com sede e foro na Cidade de Brasília, Distrito Federal e

com representação no Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.03.93

(a) EMILIA BELINATI

Apoiamento: Doutor Rosinha, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Luiz Carlos Zuk e Algaci Túlio.

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição visa declarar de Utilidade Pública a representação estadual do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua - Paraná, com sede e foro na cidade de Brasília, e instalada na Cidade de Curitiba, Rua General Carneiro, n° 390, 4° Andar.

O Art. 1° da Lei 6.994, de 10 de janeiro de 1978 expressa: "Art. 1° - As Sociedades Cívicas, as Associações e as Fundações constituídas no Estado do Paraná, ou que aqui exerçam suas atividades através de representações ..." (grifo nosso). É onde o Projeto encontra embasamento legal. A entidade tem atividades neste Estado de acordo com seu relatório em anexo.

Diante do exposto, declarar esta entidade, que dentre outros objetivos elencados no Art. 1° de seu Estatuto se propõe a trabalhar para que meninos e meninas de rua tornem-se agentes de sua própria promoção e a formação da vivência de suas cidadanias, é de urgente necessidade. Isso, não só para a infância e juventude a margem dos benefícios sociais, como para toda sociedade paranaense.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Fessuti) - Com a palavra o Senhor Deputado Oswaldo Trevisan.

(Declina).

Passa-se ao Horário das Lideranças.

No Horário das Lideranças, o Senhor Presidente concede a palavra ao PMDB.

Com a palavra o Senhor Deputado Oswaldo Trevisan.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Paraná é um Estado que tem a sua economia em grande parte agrícola, mas é um Estado que vem lutando para assentar o seu desenvolvimento econômico nos três setores da economia, ou seja, no setor primário, no setor secundário e no setor terciário. O setor primário notadamente na produção de bens da agropecuária, da agricultura. O setor secundário, na economia é o setor da industrialização, da transformação e o setor terciário é o setor da prestação de serviços.

Tradicionalmente o Paraná sempre teve na produção cafeeira em alguns anos passados o carro chefe da sua economia. Evoluiu

e transformou depois com a erradicação de milhares e milhões de pés de café neste Estado, o Paraná teve que encontrar uma nova forma de produção e partiu para ampliar e desenvolver a cultura do algodão e também a cultura da soja. A par disso, tem procurado desenvolvimento no setor industrial, atraindo para o Paraná indústrias de grande porte, haja vista aqui no Paraná que nós temos, hoje, a VOLVO e na Cidade Industrial diversas outras empresas que procuram promover o nosso desenvolvimento. É importante Senhor Presidente e Senhores Deputados, que todos nós nos empenhemos para que o Paraná a cada dia consiga novas fontes de recursos para a nossa agricultura, para a nossa industrialização e também para o nosso setor de serviços.

Portanto, todas as lideranças do Paraná, em quaisquer lugares em que se encontrem, no Poder Executivo, no Poder Legislativo, em Ministérios, nos órgãos da administração, é importante que somemos forças, que a gente traga para o Paraná estas conquistas.

E sempre que estivermos em cargos importantes, é importante, também, que levantemos a Bandeira do Paraná, que projetemos para o Brasil e para o mundo um Paraná forte, um Paraná dinâmico, um Paraná com grande desenvolvimento econômico, social e político.

É por isto, Senhor Presidente, e Senhores Deputados, que nos causa estranheza a matéria publicada pelo Jornal "Folha de São Paulo", em que diz "Pobreza mascarada", de autoria do nobre Senador José Eduardo de Andrade Vieira, que ocupa o Ministério da Indústria e do Comércio do Governo Itamar Franco.

O Senhor José Eduardo - que merece o nosso respeito - em termos políticos, em termos do Paraná, parece-me que, deveria, ao invés de projetar nacionalmente, de divulgar nacionalmente uma matéria dizendo que o Paraná está perdendo para o Rio Grande do Sul, precisaria colocar de outra maneira para que o nosso Estado não fosse prejudicado nas suas pretensões, a nível nacional.

Nesta matéria, o Senador José Eduardo traça uma comparação entre o Estado do Paraná e o Estado do Rio Grande do Sul. E, lá pelas tantas do seu artigo, reconhece que em 1991, o Paraná teve uma reação. Faz um comentário dizendo que o Paraná vem perdendo posição na sua produção agrícola, no PIB industrial - que é o Produto Interno Bruto do Paraná, é aquele que produzimos aqui dentro das nossas fronteiras. Ele faz uma análise dizendo que desde o ano de 1980 o Paraná vem perdendo posição.

Portanto ele não está atacando este ou aquele governador, ele está dizendo que o

Paraná, desde 80, vem caindo na sua produção.

Mas aqui pelas tantas diz o seguinte: "Depois de uma tímida reação em 1991," - quer dizer, reconhece ser o ano de 1991, quando no Governo já estava Roberto Requião, o Paraná reagiu - "o Paraná voltou a perder para o Rio Grande do Sul na produção de grãos em 1992, mais uma vez com uma diferença em torno de 5 milhões de toneladas".

Mas esquece o nobre Senador de analisar aqui cada uma das culturas que se colhe. No Rio Grande do Sul é predominante a produção de arroz. Então o arroz, é claro, em termos de tonelada, apresenta um maior volume. E o Paraná continua sendo, neste País, o principal produtor de soja em grãos.

Diz mais: "Esses números são implacáveis e refletem com precisão quão danosos têm sido as duas últimas administrações estaduais no Paraná".

Aqui, o objetivo e o Governo anterior ao Governo Requião, foi Álvaro Dias, a intenção foi de alcançar, também, o Governo Álvaro Dias o que já tira do artigo, já tira da matéria todo o seu conteúdo didático, o seu conteúdo técnico e avança no campo político, dizendo que as duas últimas administrações foram danosas para o Paraná. E diz mais: que graças as recentes gestões dos seus Governadores nosso Estado deixou de ocupar a Liderança da produção industrial que ameaçou conquistar no começo dos anos 80 e o que é ainda mais grave, não é mais a unidade da Federação - Líder da Região Sul no setor primário da economia. E diz: "O atual Governador terá certamente pomposos argumentos para responder aos fatos friamente aqui demonstrados em números".

E na verdade o Governador Roberto Requião tem pomposos argumentos para responder a este artigo. Primeiro porque com todo o respeito ao Senador José Eduardo, o Paraná precisa dele, precisa do trabalho dele no Ministério para que ele traga ao Paraná recursos para o desenvolvimento do nosso Estado. E o Governador Roberto Requião...

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Questão de Ordem, Sr. Presidente. Artigo nº 90.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Pela Ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Sr. Presidente, com todo o respeito, Questão de Ordem. Qual é o Artigo que se baseia o Deputado para Questão de Ordem?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Ques-

tão de Ordem: Artigo 90. Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Artigo nº 90, § 3º.

O Tempo de Liderança de cada Bancada não foi informado pelo Presidente numa Sessão anterior, que é de sete minutos, e o orador já fala nove minutos.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Falou sete minutos e meio, nós havíamos, por deliberação da Mesa, concedido mais um minuto para o Deputado concluir o seu pronunciamento.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Já está há dez minutos o pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Trinta segundos por interrupção de V.Exa. Com a palavra o Deputado Oswaldo Trevisan para concluir, com mais um minuto no Horário da Liderança do PMDB.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Tenho o Horário do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - V.Exa. falará por mais sete minutos e meio no Horário concedido pelo PFL.

O SR. OSWALDO TREVISAN - O Governador Roberto Requião tem procurado abrir as portas do Paraná a todos os empresários brasileiros e aos empresários internacionais para que possamos promover aqui o nosso desenvolvimento. E os seus atos de Governo, os seus programas de Governo tem incentivado a todos àqueles que querem nesse Estado plantar, que querem neste Estado produzir no setor primário, no setor secundário e também no setor terciário.

Vejam os programas que o Governo tem trazido para cá. A própria Ferroeste, uma Ferrovia que está sendo construída em colaboração com o Exército Brasileiro e com recursos do Governo do Estado, rasga todo o Oeste do Paraná para possibilitar a nossa agricultura uma facilidade no escoamento das suas safras. Veja a isenção de Tributos que esse Governo vem dando a todos os setores da economia paranaense.

Ainda hoje, nesta Assembléia Legislativa, o Governador veio aqui pessoalmente para sancionar o Projeto de Lei que foi de autoria do nobre Deputado Fregonese, e que reduziu a alíquota do ICMS de 17% para 12% nas transações do óleo Diesel, possibilitando portanto, a todo o nosso comércio de combustíveis, aos nossos postos de gasolina, possibilitar ao Paraná; uma maior quantidade de emprego e possibilitar ao caminhoneiro e a todos àque-

les que utilizam óleo diesel adquirirem esse produto a preços mais baixos.

E me dizia o Deputado Fregonese que a cada dez mil litros de óleo diesel comercializado, significa uma redução de preço na ordem de 3 milhões de cruzeiros. E possibilitar mais ainda, a que nossa agricultura, adquirindo o óleo diesel a preço mais baixo, tenha, portanto, custos menores na sua produção.

Concedo aparte ao Deputado Erondy Silvério.

O Sr. Erondy Silvério - Inicialmente quero me congratular com V.Exa. pelo pronunciamento que faz, que é um pronunciamento correto e que espelha, efetivamente, a situação da administração pública no Paraná. Mas eu gostaria que V.Exa., não hoje, mas em outra oportunidade, V.Exa. que tem dado muita ênfase na defesa do Governo Roberto Requião, que V.Exa. informasse à Casa - ouvi rumores, não sei se verdadeiros, de que o Exército Nacional está subempregando as obras da FERROESTE com empreiteiras sem concorrência pública. E o dinheiro que tem recebido do Governo do Estado, parte tem sido desviado para melhorias no Quartel do Batalhão Rodoviário no Município de Lages.

Custo a acreditar, porque o Exército Nacional é uma instituição que toda Nação respeita porque, não se ouviu até hoje, notícias de corrupção dentro das Forças Armadas. Quando acontece são prontamente reprimidas, efetivamente são penalizados os autores de atos de corrupção e eu custo a acreditar que isso seja verdade.

Mas corre, não a boca pequena, a boca larga, mas boca grande, em todo o Paraná, de que o Exército Nacional tem subempregado - sem concorrência pública, as empreiteiras nacionais e FERROESTE. Descumprindo assim a finalidade pelas quais foi feita a parceria com o Governo do Paraná.

Eu espero que, numa outra oportunidade, V.Exa. me forneça essa resposta para me tirar da dúvida.

Muito obrigado.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Mas concorda V.Exa. que a FERROESTE é uma grande obra estratégica...

O Sr. Erondy Silvério - Eu não disse o contrário. Só espero que o Exército Nacional, que tem sido um padrão de dignidade e respeito de toda Nação brasileira, não esteja subempregando sem autorização do Governo do Estado, trechos da Ferroeste.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Eu também concordo com V.Exa. que o Exército Brasileiro é um exemplo de correção e está contri-

buindo para o Paraná nesta grande obra da FERROESTE. E também, como V.Exa., nós não acreditamos que fatos irregulares estejam ocorrendo nesta obra. Mas em todo caso acredito que, o Exército - será consultado, dará uma resposta clara com respeito a esta questão.

Mas, prosseguindo. Falamos da redução da carga tributária que este Governo está dando a todos os setores da economia, possibilitando a que todos os empresários aumentem os seus negócios neste Paraná. Mais ainda, precisamos que todos nós que participamos, como já disse, de cargos importantes neste País, procuremos valorização.

E, quando representamos um Estado no Ministério, precisamos, também, lembrar deste Paraná. E aqui eu quero lembrar: quando era Ministro dos Transportes o Senador Affonso Camargo, para cá trouxe Deputado Djalma de Almeida Cesar, e Ponta Grossa foi bastante beneficiada, a duplicação da estrada Curitiba-Ponta Grossa, foi conquistada durante o seu mandato no Ministério.

Nós pedimos também, ao Senador José Eduardo de Andrade Vieira que marque a sua passagem pelo Ministério da Indústria e Comércio, como cidadão paranaense, como homem do Paraná, que projete uma imagem positiva do Paraná lá fora e traga a este Estado recursos do seu Ministério para que nos ajude a promover o nosso desenvolvimento econômico, social e político.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Consulto à Liderança do PSDB.

Havendo **declinado**, consulto à Liderança do Bloco Parlamentar Independente.

Concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente.

Ouvi atentamente o pronunciamento do Deputado Trevisan, meu particular amigo. Ouvi atentamente a denúncia do ilustre parlamentar Deputado Erondy Silvério. Uma denúncia, inclusive, angustiante que Vossa Excelência traz nesta tarde a este Parlamento.

Mas eu faço uma reflexão Deputado Trevisan, não discordo de Vossa Excelência, acho que o Governador do Paraná tem os seus méritos, como disse o Deputado Erondy Silvério, como acho que o Senador José Eduardo de Andrade Vieira também tem seus méritos, como teve seus méritos o Governador Álvaro Dias, como teve seus méritos o Secretário Heinz Herwig à época, como teve seus méritos o Prefeito Jaime Lerner, como teve seus méritos tantos outros políticos que endossam as fileiras da democracia do

Estado do Paraná.

Eu acho que o momento é mais uma reflexão. Eu acho que o momento requer uma reflexão, porque se de um lado há uma denúncia do Senador José Eduardo Andrade Vieira dizendo que o Paraná está mascarado.

Por outro lado, o Deputado Erondy Silvério traz outra denúncia de uma outra máscara nesta Casa e, tantas outras coisas que estamos ouvindo falar de discussões, de afronta, de desmando ao Poder Judiciário e tantas outras coisas.

Então, acho que está na hora de pararmos de afrontar o Poder Judiciário; de afrontar este Parlamento, de afrontar quem quer que seja, temos que no Estado do Paraná que nos unirmos, fazemos uma união de forças.

Convocamos o PMDB, o PT, o PDT, os Deputados independentes desta Casa, a Bancada do Partido Liberal, todos os partidos políticos. Há necessidade de fazermos uma reflexão junto ao Partido Progressista, por que não?

Nós temos que fazer uma reflexão e pensarmos num Paraná só. O Paraná não pode ser rodeado entre Governador, Senadores, Deputados Federais e entre Deputados Estaduais. O Paraná tem um só dono, Senhores, chama-se Povo.

É o povo que manda no Paraná. É o povo que nos elege. É o povo que elegeu Requião. É o povo que elegeu Jaime Lerner, Rafael Greca, Luiz Eduardo Sheida e, vai eleger os novos governantes do Estado do Paraná. Não é Parlamentarismo, Presidencialismo ou o Rei que vai resolver o problema desta Nação.

O problema desta Nação está em tirarmos a máscara, lavarmos a cara, criarmos vergonha na cara e fazermos uma política saudável, de respeito, humana.

Lutarmos, por um só ideal e fazermos com que o Paraná caminhe de encontro ao seu próprio destino. Nós não podemos é retroceder com brigas; brigas de comadres, críticas, uma hora contra o Prefeito Jaime Lerner, outra hora contra o Governador Requião, outra hora contra o Poder Judiciário, outra hora contra o Senador José Eduardo, outra hora contra o ex-governador Álvaro Dias, então fica aí uma guerra! uma outra hora contra todos os candidatos, afinal de contas o Paraná é um só! O Paraná é do povo! E nós não podemos continuar com esta briga, com esta retalhação!

Não quero aqui tirar os méritos do ex-Governador Álvaro Dias, não, muito pelo contrário, não quero tirar os méritos do Governador Requião, do ex-Governador Jayme Canet, e de tantos homens de fibra e de vergonha na cara que já passaram por este Paraná.

Não posso tirar os méritos do Senador

José Eduardo de Andrade Vieira, porque afinal de contas é o Ministro, o Paraná tem lá o seu Ministro! Não posso tirar os méritos da classe política, àquela classe que tem vontade política de trabalhar! Então está na hora de nos unirmos, pensarmos num todo! De quem é o Paraná? O Paraná é do povo, é do trabalhador, é do assalariado, é da dona de casa, é daquele que vai às urnas e nos coloca neste assento! Como coloca os senadores, como coloca os deputados federais em Brasília!

Ora, se estamos passando por tormentas há necessidade então de em 94 reformularmos todo o Congresso, toda a Câmara Federal! Há necessidade de em 94 termos uma Câmara Federal forte, que realmente tenha vontade política no peito, que pense no peito, no coração! Que não se chama coração e nem peito, se chame Paraná! Eu amo o Paraná, vou trabalhar pelo Paraná.

Então eu acho que está na hora de repensarmos, de pararmos com esta guerra estúpida, besta, idiota, de retalhações neste Estado, de pensarmos em vontade política, trazer aqui os senadores do Paraná, trazer aqui os Deputados Federais, trazer aqui o povo, unidos com o Governador, e fazermos uma frente única! O Paraná é forte, Deputado Erondy! O Paraná é grande! O Paraná é o celeiro do Brasil!

E nós temos que pensar em Paraná! Só uma coisa nos interessa, Paraná! O resto é resto! Nós temos que pensar é no Estado do Paraná, que ele caminhe de encontro como uma Califórnia do ano 2000! Vamos fazer com que esta terra vermelha do Paraná, quando ela for ouvida em São Paulo, no Rio Grande, em Santa Catarina, os políticos destes quadrantes tenham que temer, tenham que respeitar o nome, peito, coragem, coração chamado: Estado do Paraná!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) - Não há mais oradores no Horário das Lideranças.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

Antes porém, esta Presidência registra com satisfação, a presença entre nós do Dr. Pedro Gomes, a presença do ex-Prefeito de Faxinal, Juarez Barreto de Macedo e a presença do Presidente Estadual do Partido Progressista, ex-Secretário do Esporte e Turismo do Paraná, Dr. Edson Gradia.

com a presença de 51 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Renato Adur, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, solicitando para que seja alterada

a indicação da referida Bancada, para a Comissão de Finanças. À Diretoria Legislativa, para providências.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente, indicando o nome do Senhor Deputado para compor como representante do PL, a Comissão de Constituição e Justiça desta Casa. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício de nº 321/93, subscrito pelo Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que fixa o vencimento básico mensal dos cargos de Auditores e Procuradores do Estado. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria da Senhora Deputada Emilia Belinati, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Solicito a atenção dos Senhores Deputados.

A Mesa, com base no artigo 192, do Regimento Interno, abre prazo por três dias consecutivos, a contar de amanhã, dia 16 de março, para oferecimento de emendas à Proposição nº 026/92, Proposta de Emenda à Constituição, de autoria do Deputado Durval Amaral, que altera o inciso 9º do artigo 179 da Constituição Estadual.

Solicita ainda que as Lideranças procedam a indicação dos membros da Comissão Especial, na conformidade das Disposições Regimentais que passo a esclarecer:

- Composição das Comissões Especiais com cinco membros: PMDB, um Deputado; Partido Progressista, um Deputado; Bloco Independente, um Deputado; PTB, PDT, PFL, farão uma reunião conjunta para indicarem os outros dois Deputados a integram a Comissão de cinco membros, com vistas à análise da Proposta de Emenda à Constituição do Estado, que se encontra devidamente publicada no Diário da Assembléia do dia 20 de fevereiro de 1992.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente, solicitando o adiamento por 05 (cinco) sessões, da discussão e votação

da Proposição nº 067/92, veto aposto ao Projeto de Lei nº 492/91.

Nós queremos anunciar a seguinte decisão da Mesa: tendo em vista que os vetos que estão sendo apreciados dentro de um entendimento mantido previamente com as Lideranças Partidárias, e tendo em vista que esta reivindicação do Deputado Renato Adur é fruto também de um entendimento por ele mantido com a Deputada Emilia Belinati, com o Secretário Durval Amaral e com o Promotor Público Olímpio Sotto Maior, a Mesa entende que, mesmo não encontrando respaldo no Regimento, mas tendo em vista que a votação desses vetos estão se processando dentro de um entendimento com as Lideranças, vamos transferir a votação deste veto para a Sessão da próxima segunda-feira, porque daí teríamos a Sessão de hoje, de amanhã, de quarta-feira e de quinta-feira.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, nós, de antemão, agradecemos a deferência que Vossa Excelência já está se prestando a fazer.

Entretanto, nós, analisando os artigos vetados por Sua Excelência, o Governador do Estado, e em contato com o Secretário do Trabalho e da Ação Social, Doutor Durval Amaral, e também com a Deputada Emilia Belinati, entendemos que é necessário que se faça algum acordo nestes vetos.

Nós estamos discutindo, praticamente são dois itens - não é isso, Deputada - que estão em pendência? Então eu, em princípio, consulto a Deputada Emilia Belinati a respeito de, se até a próxima segunda-feira fica bom para discutir este assunto. Se a Deputada concordar, não temos nada a opor.

Ela concorda, então perfeitamente, até na próxima segunda-feira teremos este assunto para resolver.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 067/92, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 492/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 099/91, que cria o Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, conforme específica. COM RELATÓRIO DA C.C.J. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT Nº 166/92

Curitiba, 29 de junho de 1992.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 125/92, dessa Presidência, e

de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo Art. 87, inciso VII, e na conformidade com o disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 492/91, por julgar as partes vetadas contrárias aos interesses públicos pelas razões adiante explicitadas.

Objetiva o autógrafo dar nova redação à Lei nº 9.579, de 22 de março de 1991, que criou o Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente. O veto aposto incidiu sobre as disposições dos Artigos 3º e 4º, § 3º do Art. 6º, Artigos 9º e 13 e sobre as do inciso VI, do Art. 14, constantes do Art. 1º, do Projeto de Lei em causa.

A pretendida nova redação ao art. 3º não foi acolhida porque, segundo análise feita por órgãos competentes do Poder Executivo, foi considerada inconveniente por se apresentar extremamente restritiva, uma vez que, se acolhida, o Conselho ficaria adstrito a ter como fontes de consultas apenas dois órgãos da Administração Federal, impossibilitando a valiosa colaboração de outras entidades estaduais e demais esferas de atuação, também plenamente habilitadas para tal.

O art. 4º teve que ser vetado por ser inexecutável, uma vez que ao Ministério Público, a função fiscalizadora já lhe é própria por força de normas constitucionais e, portanto, inócuo seria o dispositivo em relação a essa instituição. Já no que se refere ao Poder Judiciário, a sua menção como órgão fiscalizador é totalmente descabida, eis que ao referido Poder cabe julgar e não fiscalizar.

O § 3º, do art. 6º foi vetado em face de reexame da medida, no qual concluiu-se que tais disposições contrariam os interesses da Administração pela sistemática que adota para fixação do período de mandato e forma de destituição dos conselheiros e suplentes, representantes das entidades populares.

A negativa de sanção ao art. 9º decorre do simples fato de que a requisição de servidores públicos e de apoio técnico e administrativo dele constante, não mais se justifica seja feita através da Casa Civil, diante da vinculação do colegiado ter passado, por emenda dessa Casa de Leis, à esfera da Secretaria do Trabalho e da Ação Social.

O veto aposto ao art. 13 fez-se necessário, apenas em função de remissão equivocada constante de seu texto, que, se acolhida, impediria indiscutivelmente sua aplicação.

O não acolhimento ao inciso VI, do art. 14, deveu-se à forma ampla e genérica como encontra-se redigido, chegando ao

ponto de poder ser interpretado como determinação para que sejam carreadas ao fundo de que trata, até verbas com determinações e finalidades especificadas em leis próprias, como é o caso daquelas oriundas das atividades do SERLOPAR, parte das quais são carreadas aos municípios para programas assistenciais pré-estabelecidos. Ressalte-se que este veto não deixará o referido fundo desprovido de seus recursos mínimos, visto que a norma constante do inciso I, do mesmo art. 14, permite que a ele sejam consignadas verbas através de orçamentos anuais do Estado.

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar parcialmente o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

(O Projeto de Lei n° 492/91 foi publicado no D.A. n° 139 de 24.10.91.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO N° 067/92

P A R E C E R:

A proposição traz em tela o Veto, parcial, aposto ao Projeto de Lei n° 492/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 099/91, que cria o Conselho Estadual da Criança e do Adolescente. O dito veto, foi comunicado a esta Casa de Leis, através do Ofício DTL/SAT n° 166/92, pelo Senhor Governador, daí decorrendo o prazo constitucional para a devida apreciação por esta Assembléia Legislativa.

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo legal estabelecido pela Constituição Estadual. O chefe do Poder Executivo vetou parcialmente o referido Projeto de Lei usando da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade com o disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual.

O veto apostado incidiu sobre as disposições dos artigos 3° e 4°, § 3°, do art. 6°, artigos 9° e 13°, e sobre as do inciso VI, do art. 14, constantes do art. 1°, do Projeto de Lei em causa.

Face ao exposto, nada encontramos que possa observar o prosseguimento do feito, e assim sendo nosso parecer é FAVORÁVEL, devendo o veto ser submetido à consideração do Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.08.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
HERMAS BRANDÃO - Relator

Fica transferida portanto a Discussão

Única do Veto ao Projeto de Lei 492/91 para a sessão da próxima segunda-feira.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 096/92, Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 174/92, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, que garante direitos adquiridos pelos funcionários públicos estaduais. COM RELATÓRIO DA C.C.J. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT N° 263/92

Curitiba, 09.10.92.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 253/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 174/92, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo restabelecer aos servidores públicos estaduais que tenham completado 02 (dois) anos de efetivo exercício em cargos de provimento em comissão, "os direitos" constantes do inciso III e dos parágrafos 1°, 2°, 3°, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970, nas condições que especifica.

A negativa de sanção ao Projeto de Lei em exame decorre de sua flagrante inconstitucionalidade eis que fere frontalmente o mandamento contido no art. 66, inciso II, da Constituição Estadual, o qual confere ao Chefe do Poder Executivo a competência privativa para início do processo legislativo de leis que disponham sobre servidores públicos e seu regime jurídico. A inconstitucionalidade da medida agrava-se ainda mais pelo fato de que, implicando em custos adicionais para o erário, afronta as disposições dos arts. 137 da Constituição Estadual e 169 da Magna Carta, onde estão contidas determinações de que a concessão de quaisquer vantagens a servidores públicos somente poderá ser efetivada se houver prévia e suficiente dotação orçamentária.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distintas considerações.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

(O Projeto de Lei 174/92, foi publ. no D.A. n° 85 de 11.06.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO N° 096/92

P A R E C E R:

I - A presente Proposição veta o Projeto de Lei n° 174/92, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, que visa garantir direitos adquiridos pelos funcionários públicos estaduais, e que foi comunicado a esta Casa pelo Senhor Governador, através do Ofício DTL/SAT n° 263/92.

II - Procedida a análise constitucional e regimental da presente Proposição, encontra-se a mesma dentro dos procedimentos e prazos previstos em Lei e em condições de ser apreciados.

III - Diante do exposto, a matéria encontra-se em condições de ser submetida à consideração do Douto Plenário.

Sala das Comissões, em 10.11.92.

(na) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

EMÍLIA BELINATI - Relatora

Os Senhores Deputados que forem favoráveis à manutenção do veto deverão se manifestar votando com as cédulas que contenham a expressão "SIM". Os contrários à manutenção do veto deverão se manifestar utilizando para votação as cédulas que contenham a expressão "NÃO". Votando "SIM" mantém-se o veto. Votando "NÃO" mantém-se o que foi aprovado no projeto.

Solicito ao Sr. Primeiro Secretário, Deputado Toti Colaço, que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados para votação.

O SR. 1° SECRETÁRIO - (Luiz Carlos Alborghetti) (É feita a chamada).

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) - Designo comissão constituída pelos Deputados Luiz Carlos Alborghetti, Ernani Pudell e Luiz H. Bona Turra, para apuração dos votos.

Lembro ainda aos Srs. Deputados que teremos o segundo veto a ser apreciado na tarde de hoje.

Votaram trinta e cinco Senhores Deputados: vinte e três NÃO, doze SIM. Está mantido o Veto.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 102/92, Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 204/91, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza a criação de uma Delegacia de Polícia Feminina no município de União da Vitória. COM RELATÓRIO DA C.C.J. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT N° 298/92

Curitiba, 12.11.92.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 271/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade

do disposto no § 1°, do art. 71 ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 204/92, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público, pelas razões adiante expostas.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a instalar uma Delegacia da Mulher, no Município de União da Vitória.

Ainda que louvável a preocupação do Autor, o Projeto em referência não pôde merecer guarida, preliminarmente, por impedimento de ordem constitucional, dado que afronta a norma contida no artigo 66, inciso IV, da Magna Carta Estadual, a qual atribui ao Governador do Estado a iniciativa de leis que dispõem sobre "criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública".

Além deste aspecto, o questionado plano de lei colide com os superiores interesses da administração, tendo em vista que contraria diretrizes da Secretaria de Segurança Pública, no que concerne à instalação de Delegacia da Mulher, cuja implantação só vem sendo efetivada em Subdivisões sediadas em Comarcas de Entrância Final, o que não é o caso da medida proposta através do presente Projeto de Lei.

Essas as razões que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUILÃO

Governador do Estado

(Projeto de Lei n° n° 204/92 foi publ. no D.A. n° 128 de 03.09.92 - 1° Discussão).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

VETO AO

PROJETO DE LEI N° 204/92

DE AUTORIA DO DEPUTADO ESTADUAL

ANIBAL KHURY

OFÍCIO DTL/SAT N° 298/92

PARECER:

Trata-se de recusa da sanção por parte do Poder Executivo, dentro do prazo legal, ao Projeto em epígrafe, que objetiva autorizar a criação de uma Delegacia de Polícia da Mulher, no Município de União da Vitória.

Fundamentou o veto com base no artigo 66, inciso IV, da Constituição Estadual, de onde se extrai que é de competência do Governador do Estado a iniciativa de leis que dispõem sobre criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública; ou seja, concorreu o mencionado projeto em vício de origem.

A matéria está em condições de ser apreciada pelo plenário desta Casa de

Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.12.92.

(a) ERONDY SILVÉRIO

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator.

Lembramos mais uma vez aos Senhores Deputados que forem favoráveis à manutenção do Veto deverão se manifestar votando com as cédulas que contém a expressão SIM e os contrários à manutenção do Veto deverão se manifestar utilizando para a votação as cédulas que contém a expressão NÃO, SIM, mantém o Veto.

NÃO, mantém o Projeto.

Solicito ao Senhor 1º Secretário, Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados para a votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Alborghetti) - Proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados.

Proceda a segunda chamada nominal.

Senhor Presidente, 36 (trinta e seis) Senhores Deputados responderam a chamada.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Solicito aos Deputados Toti Colaço, Namir Piacentini e Valdir Rossoni para que forme a Comissão Escrutinadora.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Alborghetti) - Trinta e seis (36) Senhores Votaram.

Quinze (15) votaram SIM.

Vinte e um (21) votaram NÃO.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Trinta e seis (36) Senhores Deputados votaram.

Vinte e um (21) votaram NÃO.

Está rejeitado o Projeto e mantido o Veto.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 399/91, de autoria do Deputado Paulo Maia, que dispensa do estágio probatório o professor da rede pública estadual, detentor de um primeiro cargo de professor com estágio probatório já concluído. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.C.E. (Publ. no DA. nº 112, de 10.09.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 399/91

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Paulo Maia, o Projeto de Lei nº 399/91, propõe dispensar do estágio probatório o professor da rede pública estadual detentor de um primeiro cargo de professor com estágio

probatório já concluído.

Em sua justificativa, argumenta o proponente que "Na medida em que o professor da rede pública estadual tenha já concluído seu "estágio probatório" em um primeiro padrão, ou seja, tenha já atestada a qualidade dos seus serviços cujas atribuições são idênticas, há de se dispensar o estágio probatório no padrão".

Sob o aspecto jurídico, constitucional ou de técnica legislativa não vislumbramos óbice a sua aprovação, motivo pelo qual manifestamos nosso Parecer Favorável à sua normal tramitação e apreciação pelo Plenário.

Sala das Comissão, em 24.09.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

OVÍDIO CONSTANTINO

Relator.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

PARECER:

Cumpridas as exigências, somos de Parecer Favorável à sua normal tramitação e apreciação pelo Plenário.

Sala das Comissões, em 02.12.92.

(aa) ALCEU SWAROWSKI

Presidente

MÁRIO BEZERRA

Relator.

OF. nº 1094.581-0

Projeto de Lei nº 399/91, que dispõe sobre a dispensa do estágio probatório.

Senhor Primeiro Secretário.

Em resposta ao assunto acima, de autoria do Deputado Paulo Maia e encaminhando ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, através de Vossa Excelência (Ofício nº 10.062/91), encaminhando-lhe, em anexo, cópia do ofício nº 3837/91 e anexo, com as informações da Secretaria de Estado da Educação a respeito.

Atenciosamente.

(a) MAURO ROCHA

Chefe da Casa Civil- Substituto

Of. nº 3837/91

Curitiba, 21 de novembro de 1991.
Senhor Chefe da Casa Civil.

Acusamos o recebimento do Ofício nº 10.062/91/DA/CEA/SC, de 14.11.91, protocolado sob o nº 1.094.581-0/91, da Primeira Secretaria da Assembléia Legislativa, encaminhando Projeto de Lei nº 399/91, de autoria do Deputado Paulo Maia, que dispõe sobre a dispensa do estágio probatório.

A respeito do assunto, cabe-nos comunicar a Vossa Excelência que estamos encaminhando, em anexo, Parecer nº 564/91, da Assessoria Jurídica, e informação nº 11/91, da Superintendência da Educação,

desta Pasta.

Atenciosamente
(a) ELIAS ABRAHÃO
Secretário de Estado da Educação

PARECER N° 564/91-AJ

III - disciplina

IV - eficiência

Quando o servidor assume o segundo cargo, as condições são as mesmas, com serviços idênticos ao do primeiro cargo que este já cumpriu seu estágio probatório e preencheu os requisitos exigidos.

A matéria, trata de alteração em Lei Complementar, portanto previsto na Constituição do Estado do Paraná.

Diante do exposto, entende esta Assessoria Jurídica, que a matéria em pauta vem de encontro com os anseios da classe, não ter os princípios constitucionais, desde que aprovada como alteração a Lei Complementar.

É o Parecer.

Curitiba, 24 de outubro de 1991.

(a) ERONIDES ANTONIO DOS REIS
Advogado

DE ACORDO:

Samira David - Assessor Jurídico

VISTO:

Gessé Roberto Silveira - Assistente Técnico da DG/SEED.

ASSESSORIA JURÍDICA

PROTOCOLADO: n° 1.094.581 - 0/91- SEED

ASSUNTO: Dispensa de Estágio Probatório - 2° Cargo

INTERESSADO: Deputado João Batista Arruda

PARECER N° 564/91-AJ

EMENTA: Requerente solicita dispensa de estágio probatório, quando o professor é detentor de um primeiro cargo de professor com estágio probatório já concluído. Admissibilidade mediante aprovação de Lei.

O Deputado João Batista de Arruda, através do Ofício n° 10.062/91, datado de 14 de outubro de 1991, solicita pronunciamento da Secretaria de Estado da Educação, com relação ao Projeto de Lei n° 399/91, de autoria do Deputado Paulo Maia, que objetiva dispensar do Estágio Probatório o professor da rede pública estadual, detentor de um primeiro cargo de professor com Estágio Probatório já concluído.

O Art. 31 e § 1° da Lei Complementar n°..... (Estatuto do Magistério), disciplina o assunto, o qual reza o seguinte:

Art. 31 - "Estágio Probatório é o período de dois anos de efetivo exercício, a contar do início deste, durante o qual

são apurados os requisitos necessários à confirmação do Professor ou Especialista de Educação no cargo efetivo para o qual foi nomeado.

§ 1° - Os requisitos de que trata este art. são os seguintes:

I - idoneidade moral;

II - assiduidade.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO

INFORMAÇÃO N° 11/91

ASSUNTO: Dispensa do Estágio Probatório Projeto n° 399/91, do Deputado Paulo Maia

A Superintendência de Educação da Secretaria de Estado da Educação, pronuncia-se favorável ao proposto no Projeto n° 399/91, do Deputado Paulo Maia, que dispensa do estágio probatório o professor da rede pública estadual, detentor de um primeiro cargo de professor, com estágio probatório já concluído.

O professor, ao concluir o 1° estágio probatório, comprovadamente preencher os requisitos necessários ao desempenho da sua função.

O presente projeto constitui-se num avanço da administração pública de desburocratizar o processo de admissão aos professores da rede estadual.

É a informação.

Curitiba, 20 de novembro de 1991.

(a) ANTONIO JOÃO MANFIO
Superintendente de Educação

Of. n° 3.837/91

Curitiba, 21.11.91.

Senhor Chefe da Casa Civil.

Acusamos o recebimento do Ofício n° 10.062/91/DA/CEA/SC, de 14/01/91, protocolado sob o n° 1.094.581-0/91, da Primeira Secretaria da Assembléia Legislativa, encaminhando Projeto de Lei n° 399/91, de autoria do Deputado Paulo Maia, que dispõe sobre a dispensa de estágio probatório.

A respeito do assunto, cabe-nos comunicar a Vossa Excelência que estamos encaminhando, em anexo, Parecer n° 564/91, da Assessoria Jurídica, e Informação n° 11/91, da Superintendência de Educação, desta Pasta.

Atenciosamente,

(a) ELIAS ABRAHÃO

Secretário de Estado da Educação
(XEROX ANEXA OF. 10062/91)


ASSESSORIA JURÍDICA

PROTOCOLADO: n° 1.094.581-0/91-SE

ASSUNTO: Dispensa de estágio probatório - 2° cargo

INTERESSADO: Dep. João Batista de Arruda

PARECER N°: 564/91-AJ

 ESTADO DO PARANA	CARIMBO
	33 S P I - PROTOCOLO INTEGRADO SEED NUM. 1.094.581-0 DATA - 23 OUT 1991 WCHA-

INTERESSADO

ALE OF.- 10062/91 DEP. JOÃO BATISTA DE ARRUDA CURITIBA

ASSUNTO

ENCAMINHA CÔPIA PROJETO

ENCAMINHAMENTO

DATA	UNIDADE	RUBRICA	DATA	UNIDADE	RUBRICA
1 23.10.91	SEED/ASS. JUR.	MLS	1		
2 25.10.91	DG - SEED		2		
3 06/12/91	DG, for. fin. P. de		3		
4 10/12/91	oe/SAR		4		
5 16.12.91	Seed / P. de	Sever	5		
6 17 DEZ 1991	Ass. Jur. W. de		6		
7 18/12/91	Ass. Legislativa		7		
8			8		
9			9		
10			10		
11			11		
12			12		
13			13		

EMENTA: Requerente solicita dispensa de estágio probatório, quando o professor é detentor de um primeiro cargo de professor com estágio probatório já concluído. Admissibilidade mediante aprovação de Lei.

O Deputado João Batista de Arruda, através do Ofício nº 10.062/91, datado de 14 de outubro de 1991, solicita pronunciamento da Secretaria de Estado da Educação, com relação ao Projeto de Lei nº 399/91, de autoria do Deputado Paulo Maia, que objetiva dispensar do Estágio Probatório o professor da rede pública estadual, detentor de um primeiro cargo de professor com Estágio Probatório já concluído.

O Art. 31 e § 1º da Lei Complementar 07/76 (Estatuto do Magistério), disciplina o assunto, o qual reza o seguinte:

Art. 31 - "Estágio probatório é o período de dois anos de efetivo exercício, a contar do início deste, durante o qual são apurados os requisitos necessários à confirmação do Professor ou Especialista de Educação no cargo efetivo para o qual foi nomeado."

§ 1º - Os requisitos de que trata este art. são os seguintes:
I - idoneidade moral;
II - assiduidade;
III - disciplina;
IV - eficiência.

Quando o servidor assume o segundo cargo, as atribuições são as mesmas, com serviços idênticos ao do primeiro cargo em que este já cumpriu seu estágio probatório e preencheu os requisitos exigidos.

A matéria, trata de alteração em Lei Complementar, portanto previsto na Constituição do Estado do Paraná.

Diante do exposto, entende esta Assessoria Jurídica, que a matéria em pauta vem de encontro com os anseios da classe, não fere os princípios Constitucionais, desde que aprovada como alteração a Lei Complementar.

É o parecer.

Curitiba, 24 de outubro de 1991.

(a) ERONIDES ANTONIO DOS REIS
Advogado

DE ACORDO:

Samira David - Assessor Jurídico

VISTO:

Gessé Roberto Silveira - Assistente Técnico da DG/SEED

SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO

INFORMAÇÃO Nº 011/91

ASSUNTO: Dispensa do Estágio Probatório
Projeto nº 399/91, do Deputado PAULO MAIA.

A Superintendência de Educação da Secretaria de Estado da Educação pronuncia-se favorável ao proposto do Projeto nº 399/91, do Deputado PAULO MAIA, que dispensa do estágio probatório ao professor da rede pública estadual, detentor de um primeiro cargo de professor, com estágio probatório já concluído.

O professor, ao concluir o 1º estágio probatório, comprovadamente preencher os requisitos necessários ao desempenho da sua função.

O presente projeto constitui-se num avanço da administração pública de desburocratizar o processo de admissão dos professores da rede estadual.

É a informação.

Curitiba, 20 de novembro de 1991.

(a) ANTONIO JOÃO MÂNPIO

Superintendente de Educação

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Maia, constante do expediente, solicitando que o mesmo seja transformado em projeto de lei complementar. **Deferido.**

A Mesa deferiu o Requerimento do dia de hoje e coloca já em primeira Discussão, em Votação o Projeto na condição do Projeto de Lei Complementar que dispensa do Estágio Probatório o Professor da Rede Pública Estadual detentor de um primeiro cargo de Professor com Estágio Probatório já concluído, com pareceres da C.C.J. e da Comissão de Educação.

Lembramos aos Srs. Deputados que o Projeto de Lei Complementar para ser aprovado terá que ter no mínimo vinte e oito votos a favor.

Em Discussão o Projeto.

Em votação.

Aprovado por unanimidade.

Sobre a mesa, Requerimento nº 302 de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs. 299, 298 e 297, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 296, de autoria do Sr. Deputado Paulo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs. 293, 294 e 295, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs. 307, 306 e 305, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 312, de autoria do Sr. Deputado Ovídio Constantino, constante do

expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 311, de autoria do Sr. Deputado Ovídio Constantino e da Sra. Deputada Emilia Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 310, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 282 e 280, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente de sessão anterior. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 290, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. DOUTOR ROSINHA (Questão de Ordem) -

O teor deste requerimento diz respeito àquela questão do Partido dos Trabalhadores e do PMDB?

A Bancada do PT vota contrário porque nós não participamos de nenhuma reunião com esse teor e não podemos permitir que mentiras fiquem registradas nos Anais da Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está devidamente registrado.

(A MATÉRIA ACHA-SE PUBLICADA NO FINAL DESTA ATA).

Requerimento n° 275, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 304, de autoria do Sr. Deputado Edson Silva Lino, constante do expediente. À Diretoria Legislativa para informar.

Requerimento n° 251, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente, de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Antes de encerrarmos, a Mesa quer esclarecer o seguinte:

Para que fossem procedidas as indicações objetivando o preenchimento das vagas existentes na Comissão de Constituição e Justiça, bem como nas demais Comissões Técnicas, esta Presidência determinou à assessoria da Mesa a realização dos cálculos necessários, de conformidade com o que dispõe o Art. 31 e seu parágrafo único, do Regimento Interno.

Com isso, preencheram-se 14 (quatorze) das 15 (quinze) vagas da C.C.J., restando uma, que deveria ser preenchida por Partidos ainda não representados, na ordem decrescente do número de membros das bancadas, conforme determina o referido Pará-

grafo Único do Art. 31.

Ocorre que as duas bancadas não representadas na C.C.J., a do Partido Liberal e a do Partido dos Trabalhadores, possuem o mesmo número de Parlamentares, o que conduz a um impasse. Ocorre também que, em se tratando de somente uma vaga, haveria de se buscar um consenso entre as duas representações, o que foi solicitado a ambas, por esta Presidência, a fim de resolver-se definitivamente a questão.

Uma vez tendo decorrido o prazo de quinze dias para a organização das Comissões Permanentes, conforme determina o Art. 29, do Regimento Interno, sem que os referidos Partidos viessem a atingir um consenso e, havendo a necessidade de se instalarem todas as Comissões, vê-se esta Presidência compelida a adotar uma solução, sorteando entre os dois Partidos, para possibilitar a indicação dos nomes e poder dar continuidade às funções institucionais desta Casa.

Assim sendo, esclarecemos que, ao Partido sorteado caberá a indicação do titular, cabendo ao outro Partido a indicação da suplência. Entendemos estar assim viabilizado o funcionamento da Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa.

Solicito ao 1° Secretário Alborghetti, com a devida fiscalização dos líderes Dr. Rosinha e Colombino Grassano que procede o sorteio entre Partido Liberal e o Partido dos Trabalhadores para sabermos quem indica o titular e quem indica o suplente.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem - Sr.

Presidente, de acordo com o artigo n° 13 do Regimento Interno que coloca como é formado um Bloco Parlamentar, eu consulto V.Exa. se o PT, junto com o PL, ao indicar um único nome não estaria sendo entendido por esta Presidência como um Bloco Parlamentar, uma vez que são dois partidos indicando um único membro da C.C.J.?

SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A questão de ordem formulada pelo PT com referência à interpretação do artigo 13 do Regimento Interno, foi devidamente decidida pela Mesa, registrada em livro próprio e é uma questão encerrada.

Não entende esta Presidência que a posição adotada neste instante seja de considerar o PT e o PL como um Bloco Independente. Não é. O Regimento estabelece que o preenchimento deverá ser feito pelas bancadas remanescentes. Bancadas Remanescentes são Partido Liberal e Partido dos Trabalhadores.

A Mesa solicitou um entendimento entre ambas. Não ocorrendo até a presente data esta Presidência sorteará qual dos parti-

dos indicará o titular e qual indicará o suplente.

Lembrando que o primeiro envelope a ser retirado, eu solicito aos Deputados Dr. Rosinha e Colombino Grassano para que assistam a apuração. Caso contrário solicito ao Deputado Edson Silva Lino que compareça à Mesa e ao Deputado Ademar Traiano para acompanharem o sorteio.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, se a Bancada do PT junto com a Bancada do PL formam 6 Deputados, consequentemente teremos o mesmo tamanho da Bancada do PDT, PTB e do PFL. Aí V.Exa. teria que fazer novos cálculos, uma vez que teríamos direito a outras comissões.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa já decidiu sobre estas questões.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, a respeito desta minha pergunta a Mesa ainda não decidiu absolutamente nada.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa já respondeu que não entende o PT e o PL como Bloco Parlamentar dentro da Assembleia Legislativa. Entende como duas bancadas distintas. E que a Mesa solicitou que ambas se reunissem e estabelecessem de que maneira gostariam de indicar seus nomes.

Não havendo isso e tendo necessidade da Comissão funcionar, a Mesa tomou uma decisão de sortear entre ambas o titular e o suplente.

Quem for retirado primeiro indicará o titular e quem for retirado em segundo lugar indicará o suplente.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Baseado em que artigo do Regimento Interno a Mesa fará o sorteio?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - É uma decisão da Mesa.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Alborghetti) - Primeiro, Partido Liberal e em segundo, Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Nestas condições, solicito ao Partido Liberal que faça a indicação de seu representante, ou se confirma a indicação anteriormente formulada.

Então está indicado o Deputado Dalton Machuca para funcionar como titular da Comissão de Constituição e Justiça e o Deputado Ernani Pudell para funcionar como suplente da Comissão.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Sr. Pre-

sidente, baseado no Regimento Interno, que estabelece o sorteio, de acordo com a Mesa, a Bancada do PT não indica ninguém, tendo em vista a ilegalidade deste ato. A Bancada do PT não indica por desrespeito ao Regimento Interno e nós não faremos parte dessa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Ficará vaga esta vaga de suplente.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 16, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 399/91.
- 1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 372/92.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ALGACI TÚLIO, EM SESSÃO DO DIA 15 DE MARÇO DE 1993.

"OS TRÊS PROCURADORES E A DENÚNCIA DO JE

De autoria do jornalista Roberto Barrozo Filho, publicada pelo Jornal do Estado desta data.

A minha presença no Jornal do Estado, nestes primeiros dias de março, deu-se por fax pelo qual transmiti os meus artigos, inclusive o de terça-feira última, dia 9. Foi, portanto, para mim uma surpresa a denúncia publicada na edição do dia 7, que um plano diabólico que estaria sendo montado pelo Governador Roberto Requião com a colaboração do PT e de algumas autoridades Estaduais, no sentido de mobilizar militantes daquele partido e do PMDB para desestabilizar o transporte urbano da Capital.

A reunião, que se realizara a 3 do corrente, uma sexta-feira negra, teria sido convocada pelo próprio Governador, a qual evidentemente a ela não compareceu e objetivaria desmoralizar a gestão de Jaime Lerner e a administração de Rafael Greca por ocasião dos principais eventos das comemorações dos 300 anos de Curitiba, quando acontecesse o comparecimento de grande público e a presença de figuras de destaque, convidadas pela municipalidade.

O plano, denunciou o Jornal, compunha-se de ações conjuntas do Movimento de

Defesa do Usuário, criado para esse fim, com ativistas recrutados dos dois partidos.

Dessa reunião teria surgido um decálogo, digno da cabeça dos treinados agitadores comunistas, que previa desde a operação "Pula-Catraca", que seria a invasão dos ônibus pelos passageiros, saltando sobre a borboleta de registro de passagem, até a fomentação de distúrbios que caminhariam fatalmente para violências pessoais e destruição de veículos.

A denúncia é grave demais para merecer apenas duas ou três notícias e meia dúzia de depoimentos, pois visava a subversão da ordem pública, dentro de uma estratégia de mobilização popular, supostamente para defender os interesses dos munícipes curitibanos.

O mais grave ainda é que a Famopar, Federação dos Moradores do Paraná, através do seu vice-presidente Roland Rutyna, confirmou a realização da reunião do dia 3 e apontou o Vereador Doático Santos (o mesmo que prestou ao Governador serviços semelhantes na administração de Lerner) e o Deputado Luiz Bona Turra como participantes.

Roland disse que no dia 5 de março participou também de uma outra reunião na Igreja do Bom Jesus, junto com o PT, representantes de entidades estudantis, União Geral dos Bairros, Movimento de Luta Contra o Desemprego e do Partido Comunista do Brasil, tratando da mobilização popular contra as atuais tarifas dos transportes coletivos.

Um aspecto surpreendente destas reuniões é que teriam estado no local, antes ou depois delas se efetivarem, o Procurador Geral do Estado, Carlos Mares de Souza, o Procurador da Justiça Dr. Luiz Carlos Delázari e o Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas, Dr. José Bonifácio Cabral. Lá teriam estado também os Senhores Gábrone Reck, da Secretaria Estadual dos Transportes, João Carlos Mendes e João Bosco Vidal, assessores diretos do Governador Requião.

O JE procurou ouvir estas autoridades tendo o Procurador de Justiça Dr. Luiz Carlos Delázari negado veementemente a sua presença em carta dirigida a este Jornal e o Dr. José Bonifácio Cabral escusou-se a prestar declarações ao jornalista, por preferir, segundo afirmou à nossa reportagem, ingressar com ação penal contra o Diretor Presidente e o Chefe de Redação do Jornal do Estado, por julgar irresponsáveis, não aqueles fatos denunciados, mas a menção da sua presença.

O Jornal do Estado agiu e age no interesse geral divulgando fatos que merecem a atenção da coletividade e dos responsáveis pela tranquilidade pública. Lança matéria

que lhe chega a redação e vai buscar nas fontes próprias os detalhes, as confirmações e as correções necessárias. Não pode se acovardar, nem aguardar passivamente comunicados oficiais com as versões dos que detêm o Poder que, direta ou indiretamente, por ação ou por solidariedade, estão ao lado do Governador e dos seus auxiliares.

Julgamos que mais relevante que o erro visual de Identificação Fisionômica é a denúncia de trama contra a ordem pública, a tranquilidade dos cidadãos e a tentativa de criar condições para atentar contra patrimônio público e privado.

A revolta dos Procuradores citados não deveria circunscrever-se à indicação de seus nomes, mas levá-los à investigação sobre a denúncia daquelas reuniões.

Afinal, são eles os defensores da sociedade e, portanto, os guardiães da segurança pública e dos direitos do povo."

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
12.^a LEGISLATURA - 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 28.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de dezembro de hum mil, novecentos e noventa e dois, na sala de reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esportes, sob a presidência do Deputado Alceu Swarowski, e com a presença dos seguintes Deputados membros: Basílio Zanusso, Mário Bezerra e Emilia Belinati. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos com a seguinte Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei n° 415/92, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 143/92. Relator Deputado Alceu Swarowski, Parecer FAVORÁVEL, APROVADO. 2) Projeto de Lei n° 273/92, de autoria do Deputado João Iensen. Relator Deputado Alceu Swarowski, Parecer FAVORÁVEL, APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida a aprovada será assinada pelo Senhor Presidente da Comissão, demais Deputados presentes à reunião e por mim Alan Marcos Andrade, Secretário da Comissão.

(aa) DEPUTADO ALCEU SWAROWSKI - Presidente
Alan Marcos Andrade - Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
12.^a LEGISLATURA - 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 24.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de janeiro de mil novecentos e noventa e três, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, desta Assembléia Legislativa, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência

do Senhor Deputado Erondy Silvério e com a presença dos seguintes Deputados: Hermas Brandão, Colombino Grassano, Arlindo Troian, Toti Colaço, Luiz Carlos Martins, Emilia Belinati, Paulo Maia e Florisvaldo Pier. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente sessão, aprovando a ata da sessão anterior, após discussão e votação. Passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei nº 02/93, oriundo do Tribunal de Justiça. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Colombino Grassano - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrados os trabalhos nesta data.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
12.^a LEGISLATURA - 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 25.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de fevereiro de mil novecentos e noventa e três, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, desta Assembléia Legislativa, a Comissão de Constituição e Justiça, sob presidência do

Senhor Deputado Erondy Silvério e com a presença dos seguintes Deputados: Toti Colaço, Plauto Guimarães, Nilton Barbosa, Hermas Brandão, Lourenço Fregonese, Oswaldo Trevisan e Arlindo Troian. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente sessão, aprovando a ata da sessão anterior, após discussão e votação. Passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei nº 09/93, oriundo da Procuradoria Geral de Justiça do Estado. PARECER FAVORÁVEL DO DEPUTADO LUIZ CARLOS MARTINS - APROVADO. 2) Projeto de Lei nº 10/93, oriundo do Tribunal de Justiça. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Nilton Barbosa - APROVADO. 3) Projeto de Lei nº 11/93, oriundo do Tribunal de Contas. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Nilton Barbosa - APROVADO. 4) Projeto de Lei nº 12/93, de autoria do Tribunal de Contas. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Nilton Barbosa - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrados os trabalhos nesta data.

(aa) ERONDY SILVÉRIO
Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária